



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

ANEXO I do Edital

CAPÍTULO I. DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa para fornecimento de licença de **software AutoCad**, para o desempenho das atividades da Coordenadoria de Engenharia (COENG), doravante denominados apenas serviço, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
2. A contratação do serviço será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, para aquisição imediata, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.
3. A contratação do serviço de licenciamento de uso do software AutoCad se dá com intuito de preservar os conhecimentos de uso e experiência adquiridos pela Assessoria de Obras e Projetos na manipulação do software indicado, sendo mantida desta forma a compatibilidade e homogeneidade, garantindo, assim, maior agilidade na produção e avaliação de projetos arquitetônicos e estruturais do TRE-MS.

CAPÍTULO II. DOS MATERIAIS, QUANTIDADES, PREÇOS MÁXIMOS E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E DO SERVIÇO A SER REALIZADO

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e valores máximos admitidos pelo TRE/MS estão indicados abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO
1	<p>Especificações mínimas do Serviço de Licença de Uso do Software AutoCAD LT 2023:</p> <p>a) Licença de uso dos Serviços / Software por 36 meses;</p> <p>b) Ferramentas administrativas: gerenciar as licenças de software e das instalações;</p> <p>c) DWG™ Compare: visualizar e documentar as diferenças entre duas versões de um desenho;</p> <p>d) Abrir arquivos DWG™ de versões mais antigas do AutoCAD;</p> <p>e) Recursos on-line: acessar documentação de ajuda, tutoriais, vídeos de treinamento e fóruns de suporte da comunidade AUTODESK e acesso a base de conhecimento;</p> <p>f) Criar / Editar / Imprimir arquivos DWG™;</p> <p>g) Disponibilizar Atualizações de segurança e funcionalidades do software;</p>

h) Suporte técnico: Suporte do fabricante por ferramenta eletrônica, e-mail ou telefone.			
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO (por 36 meses)	PREÇO TOTAL MÁXIMO (por 36 meses)
LICENÇAS	05	R\$ 5.586,04	R\$ 27.930,20

1.1 Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. Todos os materiais a serem entregues deverão ser idênticos na fase de avaliação e/ou homologação.
3. Em sendo necessária para análise da proposta, o Pregoeiro, orientado pela equipe técnica, **poderá solicitar a apresentação de prospecto com as características técnicas**, que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes.
4. Poderá, a critério do licitante, ofertar serviço com características superiores às exigidas, desde que não haja a descaracterização do objeto e respeitado o preço máximo admitido.
5. Não poderá ser ofertada marca/modelo de serviço descontinuado ou fora de linha.
6. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas referentes ao fornecimento.

CAPÍTULO III - DA ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS

1. A análise técnica das propostas, **quando necessária**, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.
2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta o nome e a versão do software ofertado.
 - 2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o software ofertado.
 - 2.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o serviço ofertado poderá importar a desclassificação ou recusa da proposta.
 - 2.3. O Pregoeiro poderá fazer questionamentos e/ou solicitar documentos para verificação/comprovação das especificações do produto cotado, conforme descrito no quesito 3 da descrição do item no Capítulo II.
3. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

CAPÍTULO IV - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DO RECEBIMENTO E DA GARANTIA

1. A empresa fornecedora deverá entregar os materiais na Seção de Gestão de Ativos do TRE-MS, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Parque dos Poderes, na cidade de Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, das 12:00 h às 18:00.
 - 1.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega e instalação dos materiais.
 - 1.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Gestão de Ativos de TI, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7126 / (67) 2107-7103.

1.3. Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.

1.4. A entrega poderá ser realizada mediante fornecimento de "**código de ativação**" ou equivalente, viabilizando o recebimento através de download no sítio do fornecedor/fabricante; neste caso os documentos exigidos na cláusula 1.3 acima deverão ser enviados juntamente com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

1.5. Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento do contrato/nota de empenho.

2.1. Caso a Nota de Empenho seja encaminhada através de serviço postal, fax ou outro meio disponível, a contagem do prazo se dará através da comprovação do efetivo recebimento do instrumento por parte do licitante.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega/instalação, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega/instalação.

3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas neste termo de referência.

6. O recebimento provisório e definitivo dos serviços de licenciamento dos software:

6.1 O recebimento provisório ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE-MS.

6.2 O recebimento definitivo ficará a cargo da Seção de Gestão de Ativos de TI (SGA) do TRE-MS.

7. O recebimento provisório dos materiais será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os softwares deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação do nome e da versão na embalagem e/ou na própria mídia, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do software; ou, no caso de fornecimento de "código de ativação" ou equivalente, indicação do sítio na Internet e dos procedimentos necessários para realizar o download;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do software entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do serviço.

9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de nome e versão do software com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade do software entregue/disponibilizado com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) realização de testes de funcionamento, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do software entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

CAPÍTULO V - DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento dos equipamentos ficarão a cargo da Equipe de Gestão da Contratação indicada nos estudos preliminares desta contratação e designada para esse fim.

2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

- a) acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços de licenciamento de software pela empresa contratada;
- b) verificar a conformidade do fornecimento e instalação e atestar o recebimento definitivo;
- c) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da contratada;
- d) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;
- e) manter registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
- f) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela(s) empresa(s), só assim produzindo seus efeitos;
- g) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento/instalação e/ou aplicação de penalidades previstas;
- h) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para

pagamento;

i) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VI - DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do serviço de licenciamento de software, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total
2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VII - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
 - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:
 - a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada **MULTA**:

a) de **0,5%** (meio por cento), sobre o valor total da contratação, referente ao item e por dia de **atraso** superior a 5 dias, no fornecimento de licença de **software**, contado desde o primeiro dia de atraso até o 30 (trigésimo) dia. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;

b) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;

c) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso a **entrega do material ou prestação do serviço esteja em desacordo com o contratado**, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;

d) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento de cláusulas do Termo de Referência, não especificadas neste item**;

e) de **20%** (vinte por cento) do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a entregar o material, prestar o serviço sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal ao **cancelamento da contratação**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, assinar a ata de registro de preços ou recusar receber Nota de Empenho;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

c) não mantiver a proposta no certame licitatório;

- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato

5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)/Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 5.

CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar a prestação de serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência.
2. Obedecer rigorosamente às normas legais e especificações contidas neste Termo de Referência e as prescrições e recomendações do fabricante.
3. Comunicar imediatamente à fiscalização toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto.
4. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
5. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
6. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposto neste Termo de Referência.
7. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
8. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

9. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;

10. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

10.1 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);

11. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

CAPÍTULO XI - DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

a) Motivação para a contratação:

Necessidade de elaboração/edição de projetos de engenharia e elaboração de orçamentos de referência para obras e serviços de engenharia - atribuições da coordenadoria de engenharia.

b) Objetivos a serem alcançados:

- Eficiência nos serviços prestados pela coordenadoria de engenharia

c) Benefícios diretos e indiretos resultantes da contratação:

- Atualização do software AutoCAD para a mais nova versão permitindo a coordenadoria solicitante receber trabalho de terceiros contratados criados pela versão mais nova do AutoCAD.
- Garantir a continuidade dos serviços prestados pela Coordenadoria de Engenharia com o uso do software AutoCAD.

d) Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico:

- O TRE-MS, em seu Planejamento Estratégico de TI, tem como Objetivo “Melhoria da infraestrutura e governança de TIC”, que possui como indicador “Garantir, anualmente, que a disponibilidade dos sistemas essenciais fique acima de 95%”.

e) Referência aos Estudos Preliminares realizados

- Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI 0003602-47.2022.6.12.8000 (evento 1230807).

f) Relação entre a demanda prevista e a ser contratada

- A demanda prevista é a mesma que será contratada, através de aquisição imediata, cujo quantitativo encontra-se definido nos Capítulos II deste Termo de Referência.

g) Soluções disponíveis no mercado

- AutoCad Lt;
- LibreCad: software de modelagem 2D; exhibe apenas visualizações 2D; e não funciona em modelos e renderizações 3D;
- Solidworks;
- BricsCad;
- DraftSight;
- SketcghUp: software de modalagem 3D; seus projetos são menos detalhados devido à menor capacidade de renderização;

Apesar das diversas opções disponíveis no mercado, esta equipe de planejamento, corrobora o requerimento da unidade demandante pela solução AutoCad Lt, uma vez que os servidores do Setor de Engenharia, usuários da ferramenta, já possuem conhecimento e capacitação suficientes para manuseá-lo, além disso é um software amplamente utilizado no mercado pelos fornecedores e colaboradores que normalmente atendem o TRE-MS, evidenciando a importância de se adquirir o mesmo software já utilizado há anos nesta instituição e pelos parceiros. Embora hajam outros programas que atendem a mesma finalidade, suas funcionalidades costumam ter diferenças, além de uma interação com usuário mais difícil ou diferente (exigindo treinamento e tempo para adaptação). Nem sempre os arquivos do AutoCad possuem compatibilidade com todas as funcionalidades de outros softwares, o que se torna um complicador, já que o mercado utiliza amplamente o software em questão em seus projetos de engenharia.

Portanto, conforme a explicação supra, qualquer outro software concorrente conseguiria entregar apenas em parte as funcionalidades necessárias da unidade demandante.

h) O objeto enquadra-se como licença de software.

i) A forma escolhida para a adjudicação do objeto será por item e, por se tratar de item único, a adjudicação será realizada para uma única empresa. As licenças do software serão inseridas em item específico no Termo de Referência. Não haverá parcelamento do objeto, haja vista não ser técnica e economicamente viável seu parcelamento, uma vez que o quantitativo do item é baixo; não demandando, tal fornecimento, grande esforço por parte das empresas do ramo, nem representando maiores dificuldades a eventuais licitantes.

j) Os softwares apresentam especificações comuns no mercado, tratando-se, portanto, de serviços/materiais comuns, cujos padrões de desempenho e de qualidade foram objetivamente definidos, conforme previsto no § 2º do art. 3º do Decreto 3.555/2000.

Sendo assim, a contratação se dará na modalidade de Pregão, nos termos da Lei 10.520/2002, na sua forma Eletrônica, que está regulada pelo Decreto 5.450/2005, satisfazendo-se, desse modo, os comandos contidos no caput e no § 1º do art. 4º do mencionado Decreto.

Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

§ 1º O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

No que tange à escolha do tipo de licitação, por se tratar de materiais comuns, padronizados e facilmente encontrados no mercado, não resta outra opção a não ser o do tipo MENOR PREÇO.

k) Esta equipe de planejamento realizou estudos de viabilidade para inserção de critérios socioambientais para a presente licitação. Não foram verificadas possibilidades porque se trata de fornecimento de serviços digitais,

não gerando impacto nos recursos naturais.

I) Conformidades técnicas estão descritas nas especificações do objeto (Capítulo II deste Termo de Referência). Não há conformidade legal a ser exigida nesta contratação.

m) As obrigações contratuais estão descritas nos Capítulos IV a X deste Termo de Referência .

- Como o TRE-MS utilizará um software que é padrão de mercado, não será criado nenhum tipo de dependência tecnológica.
- A descrição de direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplica a contratação objeto deste procedimento administrativo

Durante a contratação, serão usados os modelos de praxe do TRE/MS: para requisição de materiais, aceite dos produtos, análises da fiscalização, etc.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Diogo Campos dos Anjos

CITIS - Integrante Demandante

Ramon Pereira Rodrigues

SGA/CITIS - Integrante Técnico

Marcos dos Santos Gomes

SLC - Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Chefe de Seção em Substituição**, em 29/09/2022, às 16:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1307504** e o código CRC **AAE92691**.

0003602-47.2022.6.12.8000

1307504v5